



MANIFESTO DA UNIDADE INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVA (UICC) AO XXVIII CONGRESSO DA APEOESP

Boletim nº 14
25/09/2025



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

A Direção da Apeoesp fará do Congresso um palanque eleitoral de Lula para 2026, e as oposições se disciplinam a esse objetivo eleitoralista erguendo a Oposição de Esquerda.

Combater a subordinação da direção majoritária ao governo burguês de Lula/Alckmin, que enterra as greves e trai a categoria. Defender um congresso pautado pela democracia operária e as reivindicações em defesa das condições de vida e trabalho, que possam elevar a consciência de classes das delegadas e delegados, para fazer o enfrentamento dos governos Tarcísio/Feder e Lula/Alckmin com a estratégia e métodos da luta de classes.

Às delegadas e delegados do XXVIII Congresso da Apeoesp

Está claro, pelo regimento burocrático já votado na reunião do CER, que a direção majoritária (PT, PCdoB e PSOL), fará um congresso que se pautará na defesa do governismo e visando projetar seu programa e candidatos para as eleições de 2026. Ou seja, farão do Congresso mais um instrumento da subordinação dos trabalhadores à disputa eleitoral inter-burguesa.

Na sua falsificação de defesa da soberania perante os tarifaços dos Estados Unidos, e na comemoração do “julgamento” de Bolsonaro, se apresenta de corpo inteiro a preparação de novas traições para priorizar a campanha eleitoral do ano que vem. Ao redor das bandeiras da “Anistia” aos participantes do 8 de janeiro de 2021 e de “Sem anistia aos golpistas” se unem os campos opositos da política burguesa que disputarão as eleições. Com a condenação e prisão de Bolsonaro e sua camarilha golpista, se desenvolveu uma forte tendência de formação de uma frente ampla da direita imperialista, orquestrada por Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, junto a outros governadores. A frente conta também com parlamentares e senadores dos partidos do centrão. Isso abre uma crise dentro do governo, uma vez que a saída antecipada desses setores fará do último ano de Lula um pesadelo. Quase toda a esquerda reformista e centrista está unida ao redor da defesa da “Prisão para todos os golpistas”, que é usada para começar a organizar uma frente “ampla da esquerda” para derrotar eleitoralmente os governos burgueses.

A bandeira de “prisão” defendida por reformistas e centristas é exigida ao estado burguês que aplicará as penas previstas na legislação burguesa. Quando partidos que se dizem socialistas exigem a “punição” de Bolsonaro, estão defendendo a legislação burguesa e medidas repressivas do estado burguês. Estariam, portanto, fazendo todo o contrário do que Trotsky¹ que se colocou contra qualquer exigência ao estado burguês para punir esse ou aquele político burguês. Para Trotsky, os marxistas nunca devem ajudar (de nenhuma forma) a reforçar os métodos legais da ditadura dos capitalistas, e nem apoiar a repressão política contra tal o qual burguês (por mais raiva que as massas tenham dele)². O acerto de contas entre os burgueses por meio de sua justiça não interessa às massas, que irão punir os crimes da burguesia expropriado-a e destruindo seu estado. A punição será aplicada por um Tribunal Popular erguido na luta revolucionária contra o estado burguês.

Nota-se que a defesa da democracia, das instituições e dos métodos de punição burgueses unem à direita e às “esquerdas” de frente ampla burguesas. Erguer às bandeiras de “sem anistia” e “prisão aos golpistas” não impulsiona a luta de

classes, mas servem para defender regime burguês, a ditadura do capital sobre as massas, cujo atual governo de plantão de Lula vem aplicando os ataques contra os direitos e serviços, contrarreformas, privatizações, pagamento da dívida pública à custa da destruição dos serviços públicos e entreguismo de riquezas naturais para enriquecer a burguesia estrangeira e nacional, afundando os assalariados na miséria e desespero.

Devemos denunciar o objetivo de usar o Congresso Sindical para o fortalecimento da frente ampla de “esquerda” submetida a burguesia”, deixando completamente de lado a defesa dos professores e demais explorados que sofrem as consequências da agudização da crise econômica, lançada sobre seus ombros, o subemprego, a plataformização, a destruição de direitos etc.

Por trás do eleitoralismo se arrastam também os centristas PSTU, MRT, e as demais correntes erguendo a bandeira da “oposição combativa” à direção burocrática do sindicato. Mais uma vez, irá se repetir o eleitoralismo que “afunda” os centristas, desviando um setor da vanguarda classista a subordinar a ação coletiva e a defesa das reivindicações, que impulsionam e criam condições para avançar e conquistar a independência de classe, pelo voto, e as promessas típicas do democratismo burguês, que enterra os movimentos e fortalece a democracia burguesa. O magistério e o conjunto dos serviços públicos sofrem com o aprofundamento das reformas, privatizações e terceirizações, os ataques vêm desde o governo Lula, passando pelos Estados, chegando aos Municípios. Na rede estadual de São Paulo enfrentamos os ataques de Tarcísio de Freitas que através do secretário Feder impõe a destruição da escola pública. Os professores são atacados diuturnamente, sofremos com o arrocho salarial de mais de 30%, sobre os salários. O 5%, dado pelo governo, já foi corroído pela inflação, pela perda do poder de compra ocasionado pela desvalorização da moeda.

O governo quer impor a qualquer custo a melhora em seus famigerados índices, impondo uma vigilância implacável sobre os professores com a plataformização. Os diretores e coordenadores de escola, em sua grande maioria, se tornaram capatazes do governo e de sua política nefasta. Para piorar, no próximo ano o governo vai impor sua avaliação de desempenho, que servirá como elemento da demissão dos professores contratados, e de piora nas condições de trabalho para os efetivos. Trata-se da aplicação em nível estadual da Reforma Administrativa que o governo burguês de Lula impulsiona em nível federal. A direção majoritária, critica Tarcisio enquanto cala a boca da cumplicidade de Lula em aprovar medidas e leis federais do marco legal, atacando os servidores e piorando as condições de vida dos trabalhadores dos diversos setores.

O governo Tarcísio/Feder abriu agora uma nova chamada para efetivação, o número é bem pequeno, as disciplinas de humanas como Filosofia e Sociologia, continuam de fora da chamada. Está claro que o governo quer impor a um setor cada vez mais amplo a contratação precarizada. Todos esses ataques só tem sido possível porque a direção por dois anos seguidos desarmou os professores, abortando e traindo as greves. Sabemos da grande dificuldade da organização e construção das greves, das condições de divisionismo em que a categoria se encontra, e pelos ataques do governo, da dificuldade de convencer uma parcela que ainda não conhece o poderoso instrumento que é a greve etc. Contudo, a situação de destruição dos empregos, salários e direitos obriga à categoria a recorrer aos métodos que, historicamente, lhe permitiram conquistar suas reivindicações com a luta de classes.

A direção burocrática ao abandonar o método da luta de classes, e desviar as lutas e reivindicações para o campo da “pressão parlamentar e jurídica”, anula a independência da classe e submete à categoria ao governo Lula/ Alckmin, deixando o caminho livre para o governo de Tarcísio nos atacar.

É dever do Congresso Sindical compreender o conteúdo e base material da crise do capitalismo e suas leis, para que possamos entender o momento em que vivemos e como essa realidade condiciona nossa luta e exige uma política que abra caminho à luta revolucionária. (Se a política é economia concentrada, como afirmava Marx), isso significa que a crise econômica iniciada em 2008 acelerou a decomposição da economia capitalista e seus regimes políticos. Essa é a base objetiva da crise política dos governos burgueses em todo mundo, incluindo o governo de Lula. As burguesias descarregam a crise e a desagregação capitalista sobre os explorados e oprimidos por meio das reformas, do intervencionismo, do aumento da opressão nacional e destruição de forças produtivas por meio das guerras (econômicas e militares) e do parasitismo financeiro sobre as economias nacionais. A burguesia passou a restringir as liberdades democráticas do Estado Burguês, impulsionar os métodos repressivos e montar estados-policiais, que impulsionam as tendências fascizantes, reacionárias e contra revolucionárias por toda parte. É por dentro da democracia burguesa e de suas instituições que essas tendências fascizantes e reacionárias se fortalecem e se estendem. A crise política dos regimes burgueses impulsiona a centralização ditatorial sobre as massas, que ganharam mais força com o crescimento de uma burguesia mais reacionária na Europa, Estados Unidos e América Latina, principalmente. O que demonstra a falsificação de que se pode vencer o “fascismo” com os métodos burgueses que lhe servem de palanque.

Mas, também, essas condições impulsionaram e impulsionam o proletariado e as massas e nações oprimidas a se defenderem com seus métodos próprios, com a luta de classes, com levantes e movimentos de massas.

É no quadro de intensificação da política contra revolucionária da burguesia mundial e de tendências de alta da luta de classes, que se projetam as tendências bélicas. A base do militarismo imperialista está no objetivo de proceder e impor uma nova redivisão do mundo pela via econômica e militar. A guerra na Ucrânia, o ataque ao Irã, o genocídio palestino, o intervencionismo sobre a Venezuela, dentre outros fatos, são as manifestações mais visíveis desse fenômeno. Isso obriga aos que se dizem marxistas e revolucionários a erguer um programa de enfrentamento ao capitalismo e de derrota do imperialismo. Está colocado na ordem do dia lutar pelo fim do imperialismo e sua barbárie social, como demonstra o genocídio em Gaza e a guerra da Ucrânia. A derrota do imperialismo em qualquer parte do mundo é um guia da ação revolucionária e do internacionalismo proletário que deveria estar guiando as resoluções do Congresso Sindical para defender de fato a soberania e a revolução.

A “defesa da soberania nacional” estará à ordem do dia na discussão do Congresso. Mas, as burguesias estão submetidas aos ditames imperialistas - em maior ou menor medida. Nenhum

governo burguês semicolonial defenderá até o final a soberania nacional. Não é por acaso que Lula submete a economia nacional e a enfraquece, destruindo forças produtivas com as leis e decretos (“PL da Devastação”, privatização dos Correios, leilões de bacias petrolíferas, continuidade do Arcabouço Fiscal, pagamento da dívida pública etc.) para seguir enriquecendo um punhado de parasitas à custa da saúde e educação, de rebaixar salários, destruir direitos e empregos etc. Permite ainda que se continue exportando aço, petróleo e alimentos para Israel.

A economia brasileira continua dominada pelo poder dos bancos, das transnacionais e pelo agronegócio. Onde está, portanto, a soberania apregoada pelo governo e os aventureiros que caem nessa história? A defesa da soberania nacional feita pelos governistas têm por único objetivo servir à campanha democratizante e de polarização eleitoral contra o bolsonarismo.

Trump visa invadir a Venezuela, está claro que os lanques com o seu já antigo discurso de “defesa da democracia” e “combater o narcotráfico” tentam fazer da América Latina seu quintal de ampla exploração e opressão, como sempre fez desde sua ascensão à condição de potência imperialista. O objetivo da burguesia americana é o da derrubada do governo Maduro, e a imposição de um governo títere para controlar e tomar posse da exploração do petróleo.

Diante do quadro exposto, é um crime transformar o Congresso Sindical em um palanque das ilusões democráticas no regime e instituições burguesas. O debate deveria servir para erguer as reivindicações dos trabalhadores que se chocam com os governos. A burocracia ergue-se em um entrave para esse objetivo, e deve ser derrubada. Somente uma direção classista, combativa e firmada no programa socialista e revolucionário pode recuperar nosso sindicato como um instrumento de frente única em defesa das reivindicações, e conquistar sua independência dos governos, patrões e instituições burguesas. Somente uma direção e oposição classista e revolucionária é capaz de defender e lutar consequentemente pelas bandeiras que criam as condições da luta unificada pautada na democracia operária mais ampla e na defesa da ação direta e coletiva. Defendemos as bandeiras e reivindicações que permitam avançar a luta da categoria para recuperar o sindicato para a luta de classes e a luta pelo fim do capitalismo.

■ *Por um congresso pautado na democracia operária com independência de classe, sem governismo! ■ Em defesa de um Plano de Lutas com base na ação direta com a greve, ocupações, piquetes etc.! ■ Nada de desviar a luta para a falaciosa pressão parlamentar e ações na justiça burguesa!*

■ *Que todos os professores contratados sejam efetivados com jornada completa sem concurso público! ■ Está colocada a tarefa de construir as oposições revolucionárias no interior dos sindicatos, forjadas com independência de classe e pautadas nos métodos históricos erguidos pelo proletariado de todo o mundo, com as ações diretas, greves, piquetes, ocupações etc.*

■ *A real defesa da soberania do país se faz não pagando a impagável dívida pública; estatizando sem indenização as empresas em poder do imperialismo; revogando as reformas*

(previdência, trabalhista, do ensino médio e tributária); enfim, erguendo a luta do proletariado organizado em classe independente e tendo a sua cabeça seu partido revolucionário, dirigindo ao conjunto da nação oprimida sob a estratégia da revolução e ditadura proletária. ■ Abaixo a qualquer tentativa de intervenção sobre a Venezuela, em defesa das nações oprimidas contra as opressoras! ■ Fora os Estados Unidos do território marítimo da Venezuela! ■ Pelo fim do genocídio na Faixa de Gaza, defender as greves operárias para impedir os envios de petróleo, armas e munições!

[1]. “A democracia burguesa e a luta contra o fascismo”, Trotsky, 13/01/36.

[2]. Idem ponto 2